

# **BREVE REFLEXÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

**ESTUDO TÉCNICO**  
abril de 2023



Sergio Fernandes Senna Pires  
Consultor Legislativo da Área XVII  
Segurança Pública e Defesa Nacional

© 2023 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal do(a) consultor(a).

---

## RESUMO EXECUTIVO

O principal objetivo desse estudo é realizar uma breve **descrição das possibilidades e limitações** do trabalho profissional das(os) psicólogas(os) escolares educacionais no **enfrentamento à violência escolar**. Destacamos que a atuação profissional é orientada para: (1) a adoção de uma **visão sistêmica e integral**, contrapondo-se à fragmentação, por meio de fatores ou meras características, para a compreensão dos fenômenos psicológicos ou pedagógicos; (2) **contextualização** do desenvolvimento na **sociocultura**, na **história**, em seus antecedentes, nos **processos** e não somente nos resultados; (3) a **ênfase** na relevância dos processos de **construção colaborativa de significados** e o seu entrelaçamento com as **emoções humanas**, em processos semióticos, no **ecossistema cultural**, resultando em reflexos tanto para o indivíduo quanto para o social; e (4) à **concepção** da ocorrência do desenvolvimento humano no contexto da atuação conjunta e contínua da canalização cultural, da **intencionalidade** e da **capacidade de autogoverno** da pessoa na construção de sua subjetividade e na sua ação social. Ao apresentarmos as **possibilidades da Psicologia Escolar e Educacional** em participar de programas interdisciplinares e articulados para prevenir e intervir em contextos escolares violentos, destacamos a sua **orientação crítica e integral** ao refletir sobre as possibilidades, as limitações e sobre os problemas do ambiente escolar, **sem fragmentar ou isolar o sujeito** dos seus contextos. Essa atuação enfatiza a manutenção da **coerência teórica** e da compatibilidade dos instrumentos de atuação profissional e de pesquisa **com a realidade** dos fenômenos e dos sujeitos, considerando que **não existe neutralidade** natural e que os profissionais conduzem os seus trabalhos orientados pela sua visão de mundo, com suas próprias possibilidades e limitações. Concluímos que somente uma **atuação articulada**, entre diversos campos do saber, políticas públicas e coletividades, com esse elevado nível de **complexidade** pode ser **bem-sucedida** em uma tarefa igualmente complexa como o **enfrentamento integral** à violência escolar, para o que a Psicologia Escolar e Educacional contribui, decisivamente, para a **mitigação da violência escolar**.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional; Enfrentamento à violência escolar

## SOBRE O AUTOR

**Sergio Fernandes Senna Pires** é servidor público há 42 anos e Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados desde 2003. Doutorou-se em Psicologia pela Universidade de Brasília, onde foi pesquisador colaborador. Realiza estudos e pesquisas sobre o enfrentamento à violência, desenvolvimento moral; protagonismo infantojuvenil; promoção da paz; e regulação do comportamento humano pelas crenças, pelos valores e pelas emoções. Psicólogo, possui graduação, mestrado e pós-graduações na área de Defesa Nacional e diversas pós-graduações em Psicologia e Educação.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>RESUMO EXECUTIVO</b>   | <b>3</b>  |
| <b>SOBRE O AUTOR</b>  | <b>3</b>  |
| <b>SUMÁRIO</b>  | <b>4</b>  |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>  | <b>5</b>  |
| <b>2. O MITO DA CORDIALIDADE BRASILEIRA E A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA</b> | <b>6</b>  |
| <b>3. O MITO DA CORDIALIDADE E A VIOLÊNCIA ESCOLAR</b>                      | <b>9</b>  |
| <b>4. A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA</b>   | <b>9</b>  |
| <b>5. QUEM É A(O) PSICÓLOGA(O) ESCOLAR E EDUCACIONAL?</b>                   | <b>14</b> |
| <b>6. CONCLUSÃO</b>   | <b>17</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS</b>   | <b>18</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A violência é um problema preocupante no Brasil, com várias manifestações em diferentes contextos. Somente a título de exemplo, mencionaremos três áreas que nos apresentam dados estatísticos alarmantes: (1) as mortes no trânsito; (2) mortes por armas de fogo; (3) e a violência nas escolas.

As mortes no trânsito são uma realidade trágica no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Saúde<sup>1</sup>, em 2020, mais de 30 mil pessoas perderam suas vidas em acidentes de trânsito em todo o país. Esses acidentes são muitas vezes causados por imprudência, excesso de velocidade, consumo de álcool e falta de infraestrutura adequada. A falta de conscientização dos motoristas e a ausência de políticas públicas eficazes para garantir a segurança viária têm contribuído para essa quantidade excessiva de mortes.

Outra área que apresenta índices estonteantes é relativa aos agravos causados pelo uso indevido de armas de fogo. O Brasil tem uma das maiores taxas mundiais de homicídios causados pelo uso de arma de fogo. Segundo o Atlas da Violência 2021<sup>2</sup>, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de 43 mil pessoas foram mortas por arma de fogo em 2019. O fácil acesso a armas ilegais, a presença do tráfico de drogas e a violência urbana são alguns dos principais fatores que contribuem para essa lamentável realidade.

A violência nas escolas também é um problema crescente no Brasil. *Bullying*, agressões físicas e verbais, além de casos de violência armada em ambiente escolar, têm se tornado muito frequentes. Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde<sup>3</sup>, entre 2011 e

---

<sup>1</sup> Dados preliminares mostram queda no número de mortes no trânsito brasileiro em 2020. Disponível em < <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dados-preliminares-mostram-queda-no-numero-de-mortes-no-transito-brasileiro-em-2020/>>. Acesso em 13 de abril de 2023.

<sup>2</sup> Atlas 2021: Policy brief. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/215/atlas-2021-policy-brief>>. Acesso em 13 de abril de 2023

<sup>3</sup> <http://www.portalsinan.saude.gov.br/> < <http://www.portalsinan.saude.gov.br/>>. Acesso em 13 de abril de 2023.

2019, foram registrados mais de 17 mil casos de violência nas escolas, incluindo agressões físicas e sexuais, ameaças, porte ilegal de arma de fogo e até mesmo homicídios.

Esses dados evidenciam a gravidade da violência no Brasil, que afeta não apenas as vítimas diretas, mas também a sociedade. Apesar dessas incontestáveis evidências, é notável um estado coletivo de negação narrativa de tal cenário, o que se materializa pelo fenômeno conhecido como “O Mito da Cordialidade Brasileira”.

## **2. O MITO DA CORDIALIDADE BRASILEIRA E A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA**

Quando se considera como a cultura coopera para o estabelecimento de contextos violentos, é necessário analisar como certas construções simbólicas servem como manto de invisibilidade para fenômenos de alta perversidade. Vamos exemplificar por meio de um dos mitos mais conhecidos de nossa cultura: a pressuposta cordialidade brasileira. O mesmo raciocínio teórico pode ser realizado a partir de outros mitos, com desdobramentos sociais e individuais.

O conceito do "homem cordial brasileiro" foi introduzido pelo sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro "Raízes do Brasil", publicado em 1936. Nesse livro, Buarque de Holanda discute a formação da cultura brasileira a partir de suas origens históricas e sociais, e apresenta o conceito do "homem cordial" como uma característica marcante da sociedade brasileira.

Segundo Buarque de Holanda, o homem cordial é uma figura ambivalente, que pode ser ao mesmo tempo afável e amigável, mas também impulsivo e pouco comprometido com as normas sociais. Essa dualidade é por ele vista como uma herança histórica do processo de colonização do Brasil, que foi marcado pela diversidade cultural e pela ausência de um padrão rígido de convivência social.

Não obstante essa formulação teórica inicial, diversos estudos recentes abordam essa crença na natural cordialidade brasileira (MURADAS; BOSON, 2022; NUNES, 2017; PERES, 2014), argumentando que consiste em uma concepção equivocada e estereotipada pela afirmação de que o povo brasileiro é naturalmente cordial, afável e amigável em todas as suas relações sociais. Essa visão, não raras vezes romantizada, sustenta que os brasileiros têm uma tendência inata para a hospitalidade, alegria e abertura, e que as relações interpessoais no Brasil são sempre amigáveis e calorosas.

No entanto, é importante destacar que isso é um **mito**, uma construção social e simbólica baseada em estereótipos simplistas e não reflete a realidade complexa e diversificada da sociedade brasileira. Assim como em qualquer outro país, os brasileiros possuem uma ampla gama de características e comportamentos, incluindo tanto aspectos positivos quanto negativos em suas interações sociais.

O Brasil é um país com uma grande diversidade cultural, racial, social e econômica, o que resulta em uma complexa dinâmica social. Assim como em qualquer outra sociedade, existem relações sociais amigáveis e cordiais. Estão, também, presentes os conflitos, as desigualdades e os problemas sociais. A crença na cordialidade brasileira pode, portanto, criar expectativas irreais e simplistas em relação ao comportamento social dos brasileiros, **ignorando ou minimizando** os efeitos coletivos e individuais da violência e inviabilizando a percepção das relevantes nuances e contradições da realidade.

Ao adotarmos, de forma generalizada, tal mito, é estabelecida uma dinâmica de negação cultural dos conflitos que permeiam os diversos ambientes e territórios, já que a concepção de que todas as pessoas são naturalmente cordiais se opõe à realidade de que as violências ocorrem na vida diária em elevada intensidade.

Cria-se, então, por meio dessa dinâmica, mais uma camada que dificulta a exposição e a compreensão dos comportamentos violentos. A narrativa de que brasileiros são naturalmente cordiais acaba por encobrir práticas coletivas que orientam sutis microviolências.

A título de exemplo, considere uma escola na qual se difunde a concepção central do mito da cordialidade brasileira. Nesse ambiente, é amplamente propagado e reforçado por diversas outras narrativas e práticas sociais que fazemos parte de uma cultura cordial e que comportamentos prossociais nos são naturais e ocorrem porque somos assim desde que nascemos. Em tal ecossistema cultural, consideremos que um novo aluno, pertencente a uma família de refugiados de outro país, seja matriculado. Esse aluno apresenta-se tímido e mostra dificuldades em se adaptar a um novo ambiente e à nossa cultura. Os professores e colegas brasileiros, influenciados pelo mito da cordialidade, podem pressupor que o aluno se adaptará facilmente, pois os brasileiros são naturalmente acolhedores e amigáveis.

Os professores podem criar expectativas e assumir posições de que o aluno estrangeiro se integre rapidamente e, assim, podem não fornecer o suporte adequado para ajudá-lo em sua adaptação. Os colegas de classe, por sua vez, podem não perceber que o novo aluno está se sentindo isolado e com dificuldades devido às suas diferenças culturais e podem não fazer um esforço adicional para incluí-lo nas atividades sociais e recreativas da escola.

A influência das narrativas coletivas e das práticas sociais orientadas por tal mito pode resultar em uma falta de compreensão das necessidades do aluno estrangeiro e em sua exclusão social na escola. Ele pode se sentir deslocado e ter dificuldades em se integrar, a despeito da crença de que os brasileiros são naturalmente cordiais. Isso pode levar a problemas emocionais, como ansiedade, isolamento e baixo rendimento escolar.

É importante lembrar que, embora a cordialidade seja uma característica positiva das culturas humanas, não ocorre de forma automática ou garantida. A cordialidade é um conjunto de práticas individuais e coletivas que são orientadas por valores prossociais. É resultado de um processo intencional de orientação para crenças e valores e não ocorre ao mero acaso.

Então, nesse contexto, é essencial que se tenha a visibilidade sobre os efeitos psicológicos e comportamentais de tais concepções. As escolas devem promover a inclusão ativa de todos os alunos, independentemente de sua origem cultural, e fornecer o apoio necessário para que possam se adaptar e



prosperar em seu novo ambiente educacional. Isso inclui o reconhecimento e a consideração das diferenças culturais dos alunos, em vez de presumir que a cordialidade brasileira resolverá, automaticamente, todos os desafios de integração.

### 3. O MITO DA CORDIALIDADE E A VIOLÊNCIA ESCOLAR

Como explicado, mitos como o da “cordialidade brasileira” podem obscurecer a realidade da violência escolar, levando a uma minimização ou negação dos problemas existentes no ambiente escolar (CHAVES *et.al.*, 2018). A crença de que os brasileiros são naturalmente amigáveis e pacíficos pode levar a uma falta de ações concretas para lidar com a violência nas escolas, já que pode ser **difícil identificar e enfrentar** um problema que se opõe a essa crença cultural.

É importante reconhecer que a violência escolar é um problema real no Brasil, que afeta estudantes, professores e as comunidades. É necessário enfrentar esse problema de forma proativa e integral promovendo um ambiente escolar seguro e inclusivo, onde todos os estudantes se percebam respeitados e protegidos, independentemente de sua origem cultural ou social.

Enfrentar a realidade da violência escolar é essencial para garantir um ambiente educacional saudável e seguro para todos os estudantes. Para tanto, um dos serviços escolares essenciais é o de Psicologia Escolar e Educacional, o qual explicaremos, a seguir, em suas diversas interfaces com a comunidade escolar.

### 4. A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Como anteriormente dito, a violência nas escolas é uma realidade muito antiga no Brasil (DA SILVA; MEDEIROS; DO BOMFIM, 2015) e preocupação crescente em muitas comunidades na atualidade. Inúmeros estudos científicos recentes (*e.g.* BESERRA, 2021; GIORDANI *et.al.*, 2017; GROFF *et.al.*, 2022; SILVA; NEGREIROS, 2020) demonstram que a presença

de comportamentos agressivos, *bullying*, assédio e a violência em sua multiplicidade de manifestações afetam, negativamente, o ambiente escolar, a saúde mental e emocional dos estudantes e funcionários, bem como diminui o desempenho escolar e promove sofrimento mental. Nesse contexto, a Psicologia Escolar e Educacional desempenha um papel fundamental no enfrentamento à violência nas escolas, oferecendo diversas possibilidades de atuação. Para essa atuação, existem algumas especificidades da Psicologia Escolar e Educacional que caracterizam e diferenciam a formação dos profissionais e que servem de guias para as ações das(dos) psicólogas(os) escolares e educacionais. A atuação em Psicologia Escolar e Educacional não se dá de forma dissociada da realidade. Consideram-se as dificuldades a serem enfrentadas bem como os princípios e compromissos em que a Psicologia, como ciência e profissão, como o conjunto da produção coletiva dos profissionais que constroem o seu fazer, enfrentam, no caso concreto da Psicologia Escolar e Educacional, os desafios educacionais.

Então, antes de apresentarmos algumas possibilidades da Psicologia Escolar e Educacional, é necessário apresentar um conjunto de crenças e valores coletivos que vêm orientando o trabalho da Psicologia em sua interface com a Educação. Sobre isso, a publicação do Conselho Federal de Psicologia (2019) nos apresenta o seguinte:

À Psicologia, almejamos a construção de um conhecimento científico crítico, cuja relação teoria e prática seja indissociável e que se comprometa e se responsabilize, social e politicamente, com a democratização da sociedade, visando a responder às questões que afetam diariamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras. À Psicologia Escolar e Educacional almejamos um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social. (CFP, 2019, p. 26)

Essa orientação, construída a partir do coletivo de profissionais que exerce a profissão, nos dá uma indicação clara de que a atuação da Psicologia na Escola, não somente da Escolar e Educacional, deve ser orientada ao coletivo e à comunidade. Deve se guiar por valores democráticos, prossociais e deve se opor à rotulação, à expressão de exclusões por meio do uso de substâncias medicamentosas e pelos diagnósticos clínicos de situações de conflito e de tensões que ocorrem nos contextos humanos. Então, esse conjunto de crenças e valores é o que passa a nos servir de enquadramento para a apresentação das possibilidades dessa importante área de atuação profissional da Psicologia.

A literatura científica que descreve as atribuições, as competências e as possibilidades de contribuição das(os) psicólogas(os) escolares educacionais é bastante abundante (e.g. CAVALCANTE; AQUINO, 2019; DA COSTA MEZZALIRA, 2019; TITON; ZANELLA, 2018). Para um melhor entendimento de como se promove a formação e a atuação da Psicologia Escolar, vale a pena destacar alguns eixos centrais orientadores de como essas psicólogas(os) desenvolvem a sua mais consistente atuação:

Parte-se dos seguintes eixos orientadores da atuação (PIRES; BRANCO, 2022):

- a) adoção de uma visão sistêmica e integral corpo-mente, evitando a fragmentação, por meio de fatores ou meras características, para a compreensão dos fenômenos psicológicos ou pedagógicos;
- b) contextualização do desenvolvimento na sociocultura, na história, em seus antecedentes, nos processos e não somente nos resultados;
- c) ênfase na relevância dos processos de construção colaborativa de significados e a sua imbricação (entrelaçamento) com as emoções humanas, em um contexto semiótico, no ecossistema cultural, resultando em reflexos tanto para o indivíduo quanto para o social; e

- d) a concepção que o desenvolvimento humano ocorre no contexto da atuação conjunta e contínua da canalização cultural, da intencionalidade e da agência (capacidade de autogoverno) da pessoa na construção de sua subjetividade e na sua ação no mundo.

Então, a partir dessas referências anteriormente mencionadas e desses pressupostos do trabalho em Psicologia Escolar e Educacional, faremos um resumo das principais possibilidades da atuação articulada desse campo de saber e atuação profissional. Iniciamos por uma das principais que é a **prevenção**.

Por meio de **programas de prevenção** primária, é possível identificar e abordar fatores de risco para a violência, como o *bullying*, o isolamento social, os mais diversos tipos de preconceito, a falta de habilidades de **resolução de conflitos** e a falta de apoio emocional (GOMES, 2022; SGANZERLA, 2021). Está no âmbito da Psicologia Escolar o desenvolvimento de programas de promoção de **habilidades sociais, resolução de conflitos**, empatia e autocontrole, assim como a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e respeitoso, onde todos os atores escolares se sintam seguros e valorizados.

Outra possibilidade desse campo do saber é a **intervenção**. Por meio de programas, é possível identificar oportunidades para realizar ações interventivas precoces, em situações de violência nas escolas. Isso pode incluir o apoio a estudantes vítimas de violência, o acompanhamento de estudantes agressores, a mediação de conflitos, a promoção do diálogo e a busca de soluções pacíficas (NASCIMENTO, 2020; PIRES, 2022, 2023). Nesse sentido, as metodologias empregadas na Psicologia Escolar orientam, fundamentalmente, o trabalho em parceria com outras áreas profissionais, como Serviço Social, Psicologia Clínica, Pedagogia e Educação Física, entre outras, para oferecer uma abordagem multidisciplinar e integrada no enfrentamento à violência.

Além disso, a Psicologia Escolar e Educacional pode atuar na identificação e no adequado encaminhamento de problemas de saúde mental

que podem estar associados à violência nas escolas, evitando uma abordagem discriminatória e patologizante do comportamento. Nesse aspecto, é importante destacar que o olhar dessa área da Psicologia **evita a segregação, a rotulação e a medicalização desnecessária**, cooperando para uma abordagem das questões de saúde mental de forma mais integral e contextualizada, mitigando a exclusão e rotulação, fenômenos negativos e frequentes nesse contexto, de forma a promover um ambiente mais saudável e seguro na escola (SCARIN; SOUZA, 2020).

A Psicologia Escolar também pode oferecer **suporte aos funcionários da escola**, fornecendo treinamentos em habilidades de gestão de sala de aula, gestão de conflitos, identificação e intervenção em comportamentos, e estratégias de promoção de um ambiente escolar positivo. Os funcionários da escola podem se beneficiar para a melhor compreensão dos aspectos psicossociais que estão na raiz da violência, em determinado estabelecimento de ensino, e para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes.

Nesse momento, é necessário realizar um alerta sobre o emprego de psicólogas(os) de outros campos de atuação da Psicologia nos trabalhos de Psicologia Escolar e Educacional. Em situações de emergência e de crise, não raras vezes, os gestores, devido à exiguidade de profissionais para a condução das ações das políticas públicas, decidem pela reunião de equipes e de voluntários de outras áreas de atuação da Psicologia. Essa decisão, se açodada, pode causar alguns problemas.

A habilitação legal para o exercício da Psicologia é geral. A partir do curso de graduação e de seu registro no Sistema Conselhos de Psicologia, o profissional é considerado habilitado para trabalhar em qualquer das áreas. No entanto, cada uma delas tem suas características próprias. Reunir psicólogas(os) de outras áreas para atender as urgências no sistema educacional, por exemplo, sem a devida preparação dessas pessoas para o trabalho em Psicologia Escolar e Educacional, pode consistir em risco para ações que se pretende conduzir. É imprescindível que se faça uma capacitação

especial antes de empregar psicólogas(os) clínicas(os), hospitalares, jurídicas(os), entre outros, nos trabalhos de Psicologia Escolar e Educacional.

Mantendo esse alerta em mente, enfatizamos que a Psicologia Escolar oferece diversas possibilidades para o enfrentamento à violência nas escolas, desde a prevenção primária até a intervenção e o suporte aos estudantes, funcionários e comunidade escolar ampliada.

## 5. QUEM É A(O) PSICÓLOGA(O) ESCOLAR E EDUCACIONAL?

No Portal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional<sup>4</sup>, encontramos o seguinte sobre esse profissional:

Psicólogas(os) escolares e educacionais são profissionais que atuam em instituições escolares e educativas, bem como dedicam-se ao ensino e à pesquisa na interface Psicologia e Educação. As concepções teórico-metodológicas que norteiam a prática profissional no campo da Psicologia Escolar são diversas, conforme as perspectivas da Psicologia enquanto área de conhecimento, visando compreender as dimensões subjetivas do ser humano. Algumas das temáticas de estudo, pesquisa e atuação profissional no campo da psicologia escolar são: processos de ensino e aprendizagem, desenvolvimento humano, escolarização em todos os seus níveis, inclusão de pessoas com deficiências, políticas públicas em educação, gestão psicoeducacional em instituições, avaliação psicológica, história da psicologia escolar, formação continuada de professores, dentre outros.

Nessa mesma direção, o Conselho Federal de Psicologia desenvolve referências técnicas para a atuação profissional nas diversas áreas da Psicologia, o que inclui a sua interface com a Educação. Tomamos como ponto de partida a publicação Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2019). Esse documento informa e orienta como deve ser realizado o trabalho na Psicologia Escolar e Educacional e tem o seu conteúdo organizado em quatro eixos: (1) dimensão ético-política da atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; (2) a Psicologia e a escola; (3)

---

<sup>4</sup> < <https://abrapee.wordpress.com/sobre/o-psicologo-escolar/> >

possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; e (4) desafios para a prática da(o) psicóloga(o).

A partir dessas elaborações, temos uma ideia da relevante dimensão do papel a ser desempenhado por esses profissionais no ambiente escolar. Sinteticamente, o CFP orienta o trabalho das(os) psicólogas(os):

A(O) psicóloga(o), no contexto educativo, ao conhecer as múltiplas determinações da atividade educacional, pode focar mais adequadamente determinadas áreas de intervenção e desenvolver um trabalho envolvendo toda a comunidade escolar - professores, pais, funcionários, estudantes. Qualquer trabalho realizado com um desses segmentos deve ter como princípio a coletividade, visando a o bem de todos e todas. (CFP, 2019, p.43).

Elenca, ainda algumas possibilidades de colaboração: (1) na construção do projeto político-pedagógico; (2) no processo ensino-aprendizagem; (3) na formação de educadores; (4) na educação inclusiva; (5) com grupos de alunos, professores e com a comunidade escolar expandida.

No que diz respeito aos desafios para a prática profissional nessa área, temos:

Compor com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola e, a partir dele, construir seu projeto de atuação, como um profissional inserido e implica- do no campo educacional;

Problematizar o cotidiano escolar, colaborando na construção coletiva do projeto de formação em serviço, no qual professores possam planejar e compor ações continuadas;

Construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade e as necessidades da comunidade onde a escola está inserida;

Considerar a dimensão de produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico-assistencial;

Valorizar e potencializar a construção de saberes, nos diferentes espaços educacionais, considerando a diversidade cultural das instituições e seu entorno para subsidiar a prática profissional;

Buscar conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação, em sua dimensão ética para sustentar uma atuação potencializadora;

Produzir deslocamento do lugar tradicional da(o) psicóloga(o) no sentido de desenvolver práticas coletivas que possam acolher as tensões, buscando novas saídas para os desafios da formação entre educadores e educandos;

Romper com a patologização, medicalização e judicialização das práticas educacionais nas situações em que as demandas por diagnósticos fortalecem a produção do distúrbio/transtorno, da criminalização e da exclusão.

Formar profissionais da Psicologia para se dedicarem a este campo de atuação e poderem acompanhar os estudantes em contextos sociais de desenvolvimento. (CFP, 2019, p. 53-54)

Nesse sentido, as(os) psicólogas(os) escolares e educacionais, em relação ao enfrentamento da violência, colaboram para a realização de:

- a) Uma aproximação crítica e integral das possibilidades, das limitações e dos problemas do ambiente escolar, sem fragmentar os processos psicossociais ou isolar o sujeito dos seus contextos. Essa atuação enfatiza a manutenção da coerência teórica e da compatibilidade dos instrumentos de pesquisa com a realidade dos fenômenos e dos sujeitos, considerando que não existe estudo ou intervenção naturalmente neutros e que os pesquisadores ou os profissionais conduzem os seus trabalhos orientados pela sua visão de mundo, com suas próprias possibilidades e limitações (SILVA; PERETTA, 2022; PIRES, 2022, 2023).
- b) Promoção de crenças, valores e emoções prossociais, do protagonismo infantojuvenil e da mitigação da invisibilidade dessa população no contexto da desconstrução dos preconceitos que estão na raiz de muitas manifestações de violências, colaborando para o fortalecimento da educação para democracia (PIRES, 2022, 2023).
- c) Avaliações abrangentes no ambiente escolar para identificar os fatores de risco e proteção relacionados à violência. Isso pode incluir o auxílio à revisão de políticas e procedimentos escolares, análise de dados sobre incidentes de violência, realização de entrevistas com alunos, pais, professores e funcionários, e de avaliações individuais e coletivas (KRANZ; CAMPOS, 2020).



- d) Sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da prevenção da violência e fornecer treinamento em habilidades socioemocionais para alunos, pais, professores e funcionários. Isso pode incluir programas de treinamento em resolução de conflitos, comunicação eficaz, habilidades de empatia e tolerância, gerenciamento de emoções e promoção de um ambiente de convivência saudável (GOMES, 2022).
- e) Intervenções individuais que podem incluir o atendimento a alunos que apresentem comportamentos de risco ou vítimas de violência, bem como o apoio aos pais e professores na identificação e encaminhamento de problemas. Intervenções em grupo podem ser conduzidas para promover a coesão social, melhorar a autoestima e fortalecer as habilidades sociais dos alunos (JAGER; PATIAS, 2019).
- f) Promoção de um ambiente escolar positivo e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Isso pode incluir a implementação de programas de prevenção ao *bullying*, ações de promoção da cultura de paz, atividades extracurriculares que incentivem a cooperação e o respeito mútuo, e a promoção de uma comunicação aberta e transparente entre a escola, os alunos, os pais e a comunidade (SCHMENGLER, 2022).
- g) Parcerias comunitárias com outras instituições e profissionais da comunidade, como Segurança Pública, Serviço Social, Saúde Pública, entre outras, para promover a prevenção da violência na escola. Essas parcerias podem incluir palestras, workshops e atividades conjuntas para a conscientização e prevenção da violência (DA SILVA; AMORIM, 2021).
- h) Monitoramento e avaliação, que são realizados regularmente para verificar a eficácia das intervenções implementadas, por

meio de indicadores de comportamento, dados de incidentes de violência, *feedback* de pais, alunos e professores, e ajustar as estratégias, se necessário, para garantir a eficácia do plano de intervenção (TOLEDO, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um fenômeno multifacetado e de difícil definição, a violência exige um enfrentamento que seja elaborado a partir de paradigmas igualmente diversificados e que busquem uma abordagem mais integral e articulada. Deve ser multiforme e amplo em sua concepção e específico em suas ações. Deve tomar em consideração o ecossistema cultural escolar ampliado, os seus antecedentes históricos e culturais e a colaboração de todos os setores das políticas públicas para a proposta de ações. Esse enfrentamento envolve segurança, mas não deve se restringir ou mesmo enfatizar apenas essa importante política pública.

Somente uma elaboração com um nível de complexidade ampliado pode ser bem-sucedida no enfrentamento a um fenômeno perverso; por vezes sutil; amplo; profundo; histórica e territorialmente estabelecido; e multifacetado em sua aparência e ações, como é a violência.

Nesse contexto e de acordo com o conjunto de nossa argumentação anterior, a atuação articulada da Psicologia Escolar e Educacional com os demais campos do saber e das políticas públicas pode melhorar, em muito, as chances de mitigação da violência escolar.

## 7. REFERÊNCIAS

BESERRA, Maria Aparecida *et.al.* Percepção dos professores acerca do enfrentamento da violência escolar. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 1, p. 11179-11193, 2021.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. *Psico-USF*, v. 24, p. 119-130, 2019.

CHAVES, Hamilton Viana et al. Educação para a violência: cinco séculos de práticas coloniais e o mito do brasil cordial. *Polêm! ca*, v. 18, n. 2, p. 001-019, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (BRASIL). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica / Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

DA COSTA MEZZALIRA, Adinete Sousa et al. O psicólogo escolar na educação infantil: uma proposta de intervenção psicossocial. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 11, n. 1, p. 233-247, 2019.

DA SILVA, Karina Campos Pereira; AMORIM, Camila Gabriel Meireles. O papel da escola frente a alunos inseridos em contextos de violência familiar e comunitária. *RIBPSI-Revista Iberoamericana de Psicologia*, v. 2, n. 01, p. 69-79, 2021.

DA SILVA, Maria do Socorro Pereira; MEDEIROS, Maria Gessi-Leila; DO BOMFIM, Maria do Carmo Alves. Violências na escola e a colonialidade do poder: concepção epistêmica de cultura de paz na descolonização do saber. *Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 32, p. 161-182, 2015.

GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, p. 103-111, 2017.

GOMES, Francisco Vinicius Ferreira. Ações de prevenção ao bullying escolar no ensino fundamental: um relato de experiência em psicologia escolar/educacional. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, p. e240111537162-e240111537162, 2022.

GROFF, Apoliana Regina et al. Estado da Arte sobre Violência e Escola: Análises e Problematizações Ético-Políticas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 604-623, 2022.

JAGER, Márcia Elisa; PATIAS, Naiana Dapieve. Consultoria em Psicologia Escolar: relato de experiência. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 11, n. 1, p. 184-201, 2019.

KRANZ, Cláudia Rosana; CAMPOS, Herculano Ricardo. Educação Especial, Psicologia e Políticas Públicas: O diagnóstico e as práticas pedagógicas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020.

MURADAS, Daniela; BOSON, Victor Hugo Criscuolo. E essa mancha da "cordialidade"? o mito e sua circulação no direito do trabalho brasileiro. *Revista Culturas Jurídicas*, 2022.

NASCIMENTO, Ana Rogélia Duarte do. Atuação do psicólogo escolar junto a professores da educação básica: concepções e práticas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.

NUNES, Rafael Pereira. Mito e Sociedade: aspectos da “cordialidade” brasileira à luz da psicanálise. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

PERES, Paulo. A cordialidade brasileira: um mito em contradição. *Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 4, p. 18-34, 2014.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo infantojuvenil: enfrentando a invisibilidade na escola. *Revista Portuguesa de Educação*. 2023. (no prelo)

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa . Transformação cultural nas escolas para promoção da paz. In: SENA, Denise Pereira Alves. (Org.). *Estudos atuais em Psicologia e Sociedade*. São Paulo: Dialética, v.6, 2023, p. 205-225.

SCARIN, Ana Carla Cividanes Furlan; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020.

SCHMENGLER, Angélica Regina et al. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva. *Educação: Teoria e Prática*, v. 32, n. 65, 2022.

SGANZERLA, Giovana Coghetto. Risco de suicídio em adolescentes: estratégias de prevenção primária no contexto escolar. *Psicologia escolar e educacional*, v. 25, 2021.

SILVA, Ellery Henrique Barros da; NEGREIROS, Fauston. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicopedagogia*, v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020.

SILVA, Sílvia Maria Cintra; PERETTA, Anabela Almeida Costa e Santos. Das lições diárias de outras tantas pessoas: vivências em Psicologia Escolar na Educação Básica. *Revista Obutchénie*, v. 6, p. 154-176, 2022.

TITON, Andreia Piana; ZANELLA, Andrea Vieira. Revisão de literatura sobre psicologia escolar na educação profissional, científica e tecnológica. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 359-368, 2018.

TOLEDO, Rodrigo. Construção de práticas inventivas em psicologia escolar: Um relato de uma intervenção na escola. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, p. e022005-e022005, 2022.